

## **FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**

Em sintonia com as tendências mais recentes do modelo contemporâneo de gestão de recursos humanos, o Governo do Estado deu passos decisivos, em 2005, para constituir um corpo funcional de excelência, dotado de competências e habilidades pessoais para responder aos desafios do processo de modernização dos serviços públicos.

Numa iniciativa inovadora na administração pública brasileira, a Bahia está implementando a Universidade Corporativa do Serviço Público que, alinhada às diretrizes do Planejamento Estratégico Bahia 2020 – O futuro a gente faz, transformará cada unidade setorial num ambiente de ensino, pesquisa e extensão. Em 2005 foram concluídas as etapas de elaboração do projeto, definição de linhas de atuação, construção da metodologia e do levantamento das necessidades de treinamento.

Também este ano foi concluído o projeto de gestão de carreiras, para adequação dos cargos e carreiras às novas funções do Estado, e realizada a quarta edição do Prêmio Servidor Cidadão, para incentivar a prática do voluntariado entre os servidores. Teve prosseguimento a elaboração do projeto da nova lei de previdência e foi promulgada a Lei 9.258/2005, que reorganiza a gestão da assistência à saúde. O programa de habitação comercializou novas 793 unidades na capital e interior, entregando imóveis a 82 servidores. O Credicesta foi estendido a servidores de prefeituras de 29 municípios.

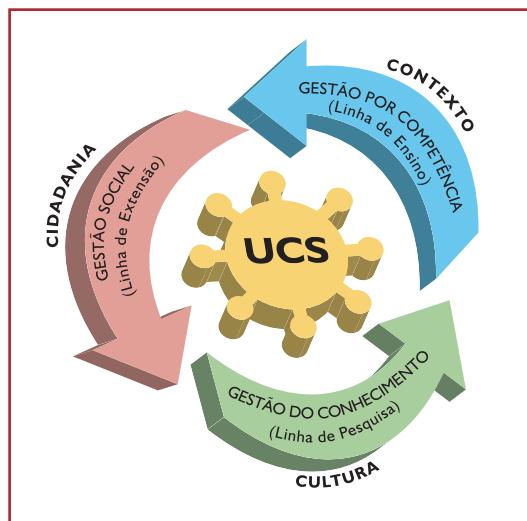
### **UNIVERSIDADE CORPORATIVA**

A Universidade Corporativa do Serviço Público – UCS, uma iniciativa inovadora na administração

pública brasileira, consiste em um sistema integrado de educação corporativa, voltado para as estratégias da administração e o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública e da prestação de serviços à sociedade.

Alinhada ao Plano Estratégico de Governo – Bahia 2020, no que se refere à qualificação do servidor, à modernização da gestão de recursos humanos e melhoria contínua da qualidade do serviço público, a idéia da UCS é valorizar os recursos humanos e otimizar a infra-estrutura tecnológica existente em cada unidade setorial do Estado, para que possam atuar como unidades de ensino, pesquisa e extensão (Unidades Setoriais), dentro de suas especificidades, sendo a UCS o Campus Corporativo. Assim, a UCS vai consolidar e disseminar as experiências de educação continuada já existentes no Estado, em torno do ensino-aprendizagem coletivo para um modelo de excelência em gestão pública.

O processo de implantação da UCS vem acontecendo desde 2004, ao longo do qual ocorreram as etapas de prospecção e análise de organizações que desenvolveram experiências similares, a construção do material teórico de fundamentação da proposta e a elaboração do projeto preliminar. Em 2005, foram definidas as linhas de atuação, elaborada a metodologia e o levantamento das necessidades de treinamento, tendo por base a gestão por competência e a elaboração do Programa de Educação Corporativa, com foco nas competências identificadas e requeridas no Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT e agrupadas em critérios do Modelo de Excelência em Gestão Pública – Ges Pública.



Todo esse processo culminou com o Projeto Executivo da UCS, com a participação de 33 servidores, compreendendo a Equipe SAEB e a Comissão Estratégica de Concepção, com representantes de outras secretarias e instituições do Governo do Estado da Bahia. A partir do lançamento oficial, ocorrido em outubro de 2005, a UCS deu início à sua operacionalização, por meio de projetos piloto nas suas linhas de atuação. Os cursos oferecidos integrarão o Programa de Educação Corporativa – PEC, moldados para atender as carências identificadas na organização.

## GESTÃO DE CARREIRAS

A gestão de carreiras representa um processo que deve estar sempre em busca de aperfeiçoamento, da melhor adequação às necessidades da administração pública, e do melhor desempenho e satisfação dos profissionais envolvidos em cada área de atuação do Estado. Destacou-se, no ano de 2005, o projeto sobre o realinhamento dos cargos e carreiras às novas funções do Estado, conforme Quadro 1.

## PRÊMIO SERVIDOR CIDADÃO

Lançado pelo Governo do Estado em 2003, o prêmio Servidor Cidadão é um reconhecimento e, ao mesmo tempo, um incentivo aos servidores que se dedicam duplamente à comunidade, desenvolvendo, além de suas atividades de servidor público, atividades voluntárias em trabalhos comunitários e de ação social. O prêmio tem por objetivo contemplar ações que visam à melhoria da qualidade de vida e da prestação de serviços, o estímulo à cultura e à capacitação profissional e educacional no âmbito da comunidade baiana.

**Quadro 1**

### GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS BAHIA, 2005

CARGO	AÇÃO
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Apresentação do projeto de Planejamento e Reestruturação
Analista de Infra-Estrutura de Transporte, Técnico em Infra-Estrutura de Transportes, Analista em Registro do Comércio e Técnico em Registro de Comércio	Elaboração dos padrões de competências
Regulador da Assistência de Saúde	Criação do cargo
Sanitarista, Auditor em Saúde Pública e Defensor Público	Realização da reestruturação das carreiras

Em 2005 foram apresentados 99 trabalhos, sendo 15 deles classificados e visitados in loco para coleta de dados pela Comissão Julgadora, composta por representantes do governo estadual e da sociedade civil. Após essa fase, dez finalistas foram escolhidos, com premiação aos cinco primeiros colocados e Menção Honrosa aos demais. Uma novidade para o ano de 2005 foi a introdução de um prêmio especial destinado à melhor Instituição Beneficente, no valor de R\$ 10 mil. O evento de entrega dos prêmios aconteceu no Dia do Servidor Público, com a apresentação dos cinco projetos finalistas, que abrangem ações solidárias diversas, como o acolhimento de órfãos em Feira de Santana; a inclusão social através da música e da arte em Itapetinga; a educação complementar para o futuro de jovens carentes em Salvador; jovens que trocam as ruas por filarmônica, em Saubara; e o amor e atenção oferecidos na creche de Tia Sabina.

O primeiro colocado, que recebeu o prêmio de R\$ 10 mil, foi o servidor da Secretaria da Fazenda de Feira de Santana, Carmerival Gonçalves Alves, que presta assistência a crianças carentes e sem lar do município, há 30 anos, oferecendo-lhes lar, educação e assistência médica-odontológica. Sua instituição, "Sorriso da Criança", recebeu também o prêmio de R\$ 10 mil pela categoria Instituição Beneficente. Os demais finalistas receberam prêmios no montante de R\$ 22 mil.

## **GESTÃO DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR**

### **Previdência**

A partir das novas regras introduzidas pela Reforma da Previdência aprovada no ano de 2003, o

Governo do Estado deu prosseguimento ao projeto de criação da nova lei que organiza o regime próprio dos servidores públicos do Estado da Bahia. O projeto de criação de uma unidade para gerir a previdência estadual foi debatido, concluindo-se pela viabilidade técnica da criação de uma autarquia previdenciária.

A atualização cadastral de todos os pensionistas do Estado foi fortalecida e mantida a parceria com o Ministério da Previdência Social, que disponibilizou o Sistema Nacional de Óbitos – Sisob e o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv. A atividade do recadastramento possibilita maior controle em relação ao pagamento dos benefícios.

No ano de 2005 foram suspensos pagamentos de pensões e aposentadorias indevidas da ordem de R\$ 7,3 milhões. Iniciado em 2001, a economia gerada com o recadastramento atingiu o montante de R\$ 21,5 milhões.

Os postos do Centro de Atendimento Previdenciário – Ceprev, destinados ao atendimento dos aposentados e pensionistas do Estado aumentaram, com mais um posto no SAC de Jequié, possibilitando um maior acesso dos usuários ao sistema de previdência do Estado. A rede conta, atualmente, com nove unidades de atendimento, sendo quatro na capital e cinco no interior, assegurando mais conforto para os usuários e dinamizando o recadastramento previdenciário.

### **Planserv**

A fim de melhor conduzir os seus processos e a gestão do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, em julho de 2005 foi publicada a Lei nº 9.528, que reorganiza



Planserv – Atendimento em feira de saúde

o sistema em vários aspectos. A referida lei promoveu alterações em relação aos critérios para inclusão de agregados como beneficiários, ampliou os tipos de despesas a serem custeadas pelo Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Funserv e criou o Conselho de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Conserv.

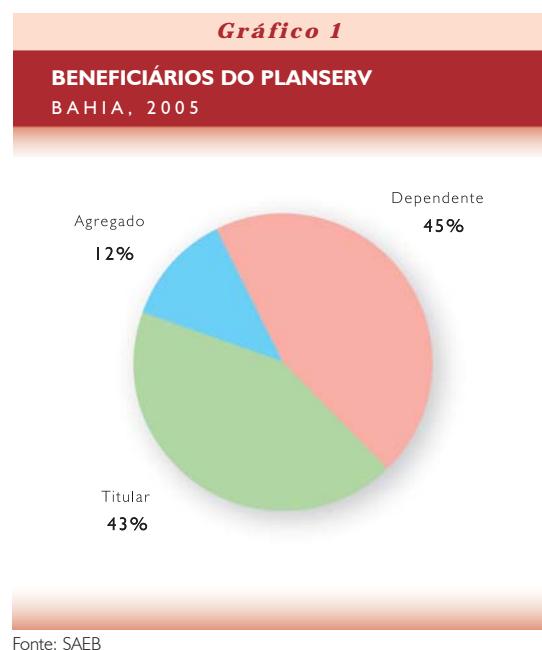
O Conserv veio consolidar uma inovação na gestão do Plano, tornando-a mais participativa, através de representantes dos servidores. Os conselheiros vão acompanhar a gestão e a execução das políticas e diretrizes do Planserv, apreciar as políticas de custeio, analisar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Funserv, além de atuarem como um elo entre os servidores e o Planserv, trazendo as sugestões e levando as decisões aos servidores.

Entre as primeiras medidas do Conselho está a Resolução 003/2005, que recomenda adequação da contribuição dos beneficiários do Planserv, com base em estudo de avaliação atuarial, concluído em outubro de 2005. O objetivo da medida foi evitar que a distorção histórica na contribuição dos dependentes do Plano provocasse o desequilíbrio financeiro do

Sistema. O Governo do Estado acatou a recomendação e encaminhou o Projeto de Lei, propondo a adequação na contribuição para o Fundo, que custeia a assistência à saúde dos servidores.

Atualmente, 80% dos servidores públicos, entre ativos, aposentados e pensionistas, utilizam os serviços do Planserv. A carteira dos titulares tem aumentado nos últimos dois anos, uma vez que em 2003 o número de beneficiários era de 450.195 e em 2005 passou para 461.570, correspondendo a um acréscimo de 2,5% no período. Esse universo de pessoas assistidas pelo Planserv significa 30% do total do mercado de assistência à saúde suplementar na Bahia, o qual corresponde a 11,5% da população do Estado. No Gráfico 1, verifica-se a distribuição dos beneficiários por titularidade.

As ações do Planserv são custeadas com recursos do Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Funserv, que tem a sua receita composta do aporte de recursos do tesouro



estadual e contribuições dos beneficiários do Plano. O Governo do Estado destinou ao Fundo R\$ 131,5 milhões diretamente, e outros R\$ 10 milhões em ações acessórias voltadas para o gerenciamento e modernização do Planserv.

Quanto aos beneficiários, que contribuem individualmente com variação de R\$ 26,00 a R\$ 290,00, a depender da faixa salarial, verificou-se, ao longo de 2005, uma arrecadação de R\$ 274,4 milhões para o Fundo. Contabilizadas todas as receitas, foram investidos R\$ 406 milhões na assistência à saúde dos servidores e seus dependentes, o que representa cerca de R\$ 880,00 por cada beneficiário do Plano.

Em outubro de 2005 foram definidas na Portaria 658 as Políticas do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, com as seguintes linhas de ação – consolidando o Projeto Mais Saúde, iniciado em 2004, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à prevenção de doenças na população beneficiária do Planserv:

- A Política de Prevenção vai atuar na estruturação de programas de prevenção de doenças, baseado em estudos sobre agravos de maior incidência e prevalência na população dos servidores, priorizando as ações sobre grupos com maior risco de adoecimento e morte;
- A Política de Assistência definirá a cobertura da assistência por critérios técnicos e orçamentários, com a contratação da melhor rede de serviços possível, de forma regionalizada e hierarquizada;
- A Política Econômico-Financeira visará a adoção de mecanismos de controle de utilização e de

incentivo à prevenção de desperdícios e desvios, inclusive com a participação dos próprios beneficiários; a prática da Economia de Escala, sempre que possível, na aquisição de serviços; a observância ao recomendado por estudos de custos e cálculos atuariais do Planserv, nas decisões das quais decorram efeitos econômico-financeiros; e

- A Política de Gestão vai se basear no aprimoramento e desenvolvimento continuados do corpo técnico; na qualidade dos serviços e na satisfação dos usuários; em processos organizacionais racionalizados e orientados por um modelo de gestão da qualidade; no uso intensivo de tecnologias de informação e mecanismos de comunicação interna e externa, objetivando ampliar a transparência e a participação.

Os esforços para a concretização dessas políticas e a melhoria da gestão, objetivando o aperfeiçoamento na prestação dos serviços e a sustentabilidade do plano, podem ser expressos em ações como:

- **Redimensionamento da Rede de Prestadores** – O Planserv possui uma rede com 986 prestadores de serviços de saúde em todo o Estado, distribuídos em apenas 71 dos 417 municípios do Estado. Essa distorção provoca o deslocamento dos beneficiários para os grandes centros, muitas vezes bastante distantes de sua residência, inclusive para serviços de atenção básica à saúde. Dessa forma, surgiu a necessidade de redimensionar essa rede de prestadores, a fim de melhor adequá-la às necessidades de assistência à saúde dos seus beneficiários presentes em outros municípios do Estado.

**• Núcleo de Internamento Domiciliar –**

Desde outubro de 2003, o Núcleo de Internamento Domiciliar do Planserv vem investindo e aperfeiçoando o seu processo de captação de pacientes hospitalizados que possuam indicação para o regime de Internação Domiciliar – ID, além do seu acompanhamento. Essa modalidade assistencial equivale ao serviço prestado pelo hospital com as vantagens de otimizar e liberar leitos de alta complexidade, humanizar a assistência, reduzir os riscos de infecções, dentre outras. Em 2005, cerca de 927 pacientes foram assistidos pelo regime de ID, com uma média de 77 pacientes atendidos/mês. Em média, 16 novos pacientes são assistidos mensalmente. Foram gastos R\$ 8,3 milhões com ID, em 2005, uma média de R\$ 695 mil/mês e custo médio por paciente/mês de R\$ 10 mil. Esse regime tem promovido uma economia de cerca de 57% nos gastos com assistência.

**• Projeto de Oncologia** – Também em 2005 foi iniciado o Projeto de Oncologia, cujo diagnóstico inicial servirá de base para a definição de ações de controle de custos e concepção e implantação de programas de prevenção primária e secundária. A importância dessa iniciativa está, dentre outras razões, na significância das despesas com tratamento oncológico, que representam 10% dos gastos totais do Planserv com assistência à saúde e se concentram em menos de 0,2% dos 461 mil beneficiários. O primeiro passo para esse projeto foi a realização de um diagnóstico inicial, utilizando como instrumento o "Plano Terapêutico", onde fica registrado o programa de tratamento de cada paciente. O intervalo de estudo foi de setembro de 2004 a maio de 2005.

**• Serviço Social** – No primeiro trimestre de 2005 foi implantado o Serviço Social, com o objetivo de definir, sistematizar e operacionalizar as ações específicas da área social e contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de assistência com foco na prevenção e promoção da saúde. Entre outras ações, promove o intercâmbio com o Serviço Social de outras instituições, desburocratiza os processos que favoreçam a longa permanência dos pacientes nos hospitais e fornece auxílio na busca de vagas (supervisão e orientação).

**• Relacionamento com o Beneficiário** – O relacionamento com o beneficiário se dá através do serviço de call center do Planserv (0800 56 6066) que recebe em torno de 110 mil ligações/mês. Além do call center, há os postos de atendimento em quatro SACs na capital e cinco no interior do Estado, com quase dez mil atendimentos/mês; e ainda a Ouvidoria, integrada à Ouvidoria Geral do Estado, com mais de sete mil manifestações/ano.

Quanto aos procedimentos, em 2005, o Planserv realizou cerca de 9,7 milhões de atendimentos nos diversos tipos de serviços e procedimentos oferecidos através da sua rede de prestadores credenciada. Houve um acréscimo global de 12% em relação ao ano de 2004, o que corresponde a uma média de 132,5 mil beneficiários atendidos por mês. A Tabela I mostra uma comparação entre os números de diversos procedimentos realizados e a variação percentual de cada procedimento/serviço entre 2004 e 2005, onde se percebe um acréscimo em todos eles.

**Tabela 1****PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELO PLANSERV**

BAHIA, 2004/2005

<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
Consulta	1.676.141	1.791.597	6,9
Exame	6.095.500	6.782.038	11,3
Terapia	582.727	753.518	29,3
Cirurgia Ambulatorial	244.320	262.915	7,6
Remoção	1.686	2.079	23,3
Internação e Cirurgia	55.275	123.738	123,9
<b>TOTAL</b>	<b>8.655.649</b>	<b>9.715.885</b>	<b>12,2</b>

Fonte: SAEB

Obs.: Dados de 2005 projetados com base nos meses de janeiro a setembro

## **PROGRAMA DE HABITAÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO – PHSP**

Instituído em 1997, o Programa Habitacional do Servidor Público – PHSP, através de contrato firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, disponibiliza ao servidor público estadual um crédito habitacional de até 50% do valor da prestação pela compra de imóvel novo ou usado da sua preferência. O programa, que está

lançando no bairro do Imbuí, em Salvador, dois novos empreendimentos, em 2005 comercializou 793 unidades habitacionais na capital e em mais sete municípios.

O PHSP encontra-se mencionado também no capítulo "Viver Melhor: Habitação de Interesse Social" da estratégia "Bahia de Toda Gente: Ação Social e Cidadania", no volume I deste relatório.

### **PROGRAMA PHSP – MUNICÍPIOS ATENDIDOS**

- Camaçari
- Feira de Santana
- Itabuna
- Jequié
- Juazeiro
- Salvador
- Santo Antônio de Jesus
- Vitória da Conquista



PHSP – Condomínio Paraíso do Resgate

## **CREDICESTA/CRÉDITO EBAL MUNICÍPIO – CEM**

O Governo do Estado manteve os programas voltados ao fornecimento de crédito rotativo aos servidores estaduais e municipais nas compras realizadas na Cesta do Povo, com um prazo para o

débito no contra cheque que pode chegar a 45 dias.

O Credicesta, que tem como usuários os servidores estaduais, realizou, em 2005, um total de três milhões de atendimentos, o que gerou uma movimentação de recursos da ordem de R\$ 163 milhões.

O programa Crédito Ebal Município – CEM, voltado ao atendimento dos servidores municipais e que já

se estende por 32 municípios, disponibilizou para os usuários recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões, realizando 39,1 mil atendimentos.

O Credicesta e o CEM encontram-se também mencionados no capítulo "Abastecimento Alimentar", da área "Agropecuária" da estratégia "Bahia que Faz: Densificação da Base Econômica e Geração de Emprego e Renda" deste relatório.

Ascom - SAEB



Prêmio Servidor Cidadão – 1º lugar